PARTIDO SOCIALISTA
Federação Distrital Porto

www.psporto.net

As Pessoas Estão Primeiro
People Come First

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Assunto | RELATÓRIO DO FMI PARA "REPENSAR O ESTADO" OU ROTEIRO PARA O EXTERMÍNIO DO ESTADO SOCIAL?

O CASO DA EDUCAÇÃO

O Relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), pomposamente intitulado "Repensar o Estado", inclui, a páginas 58 e seguintes, um capítulo, o VI, dedicado à Educação. A primeira nota a fazer é a de que, ao contrário dos capítulos referentes à Segurança Social, à Saúde (…) esta intitula-se, curiosamente, "Gastos em Educação".

Será desde logo interessante procurar compreender por que razão um Relatório com semelhante título se dedica unicamente ao chamado Estado Social, deixando de fora e sem tratamento todas as restantes componentes do Estado, nomeadamente as funções de soberania, a Justiça, o setor público empresarial ou as Parcerias Público Privadas. E também nos parece significativo que no próprio nome do capítulo se faça a associação explícita entre Educação e *Gasto*.

Estas circunstâncias indiciam o que a leitura atenta do Relatório revela de forma clara: este é um documento encomendado pelo Governo Português, com dados fornecidos pelo Governo e com conclusões pré-determinadas, quer pelas opções ideológicas que o formatam, quer pela forma como os dados são trabalhados, ou melhor dizendo manipulados, ou em linguagem popular martelados. O Governo construiu uma narrativa com a qual procura retratar a realidade e quando esta não se adequa àquela, então procura ajuda externa para mascarar a realidade e justificar as suas políticas e a sua ação.

Olhemos, então, para o capítulo VI – Gastos em Educação.

A primeira afirmação, logo na segunda linha do ponto 64., é a de que, em 2010, Portugal gastou em Educação 6,2% do seu Produto Interno Bruto. A este dado é preciso fazer uma correção e uma pergunta: o investimento de Portugal em Educação nesse ano não foi além de 5%; por que razão usam o ano de 2010 como referência quando o de 2012 já terminou e o orçamento para o de 2013 já está aprovado e em vigor? Será por que em 2012 esse investimento foi somente de 3,8%, abaixo de todos, repetimos, de todos os países da União Europeia a 27? Foi engano no envio das contas por parte do Governo e distração por parte do FMI ao considerar o valor de 2010 e não o de 2012? Ou antes, pelo contrário, é uma forma de nos querer convencer de que gastamos em Educação muito, demasiado, mais do que a Europa? Este é o primeiro exemplo de manipulação de dados e de "correção" da realidade.

Rua Santa Isabel, 82 – 4050-536 Porto – Portugal
T: +351 226 051 980– F: +351 226 051 989
E: **psporto@ps.pt**

No mesmo ponto 64., o relatório reconhece que Portugal melhorou nos resultados do *Programme for International Student Assessment* (PISA) de 2009, mas esquece-se de assinalar o percurso feito desde 2003 e não refere os últimos resultados do *Trends in International Mathematics and Science Study* (TIMMS) e do *Progress in International Reading Literacy Study* (PIRLS) [1]. Qual a razão? Será desconhecimento do Governou ou ignorância dos relatores? Ou, pelo contrário, a vontade deliberada de esconder os factos, traduzidos em números, tão caros ao Senhor Ministro da Educação quando era somente um cidadão interventivo? Estamos recordados da forma grosseira como o Ministério da Educação e Ciência (MEC) procurou desvalorizar os resultados dos alunos portugueses naqueles exames, apoucando, assim, o trabalho dos jovens, dos professores e das famílias. Este é um caso único em que um governante desvaloriza os resultados positivos obtidos pelo seu país que jurou governar com lealdade. O cidadão Nuno Crato utilizou repetidas vezes resultados anteriores do PISA para atacar as políticas educativas dos sucessivos governos, agora que há resultados que não pode reivindicar como seus, opta por esconder e desvalorizar. É coerente com a política do Governo: se a realidade nos desmente, desmente-se a realidade.

No ponto 65., o FMI afirma que o custo da Educação nas escolas com contrato de associação é mais baixo que nas escolas estatais e que aquelas produzem melhores resultados que estas. Quanto ao segundo ponto o que a realidade nos diz é que as escolas com contrato de associação se distribuem ao longo dos rankings (que o MEC tanto acarinha) o que parece desmentir a afirmação dos seus melhores resultados. Por outro lado é duvidoso que se possa comparar 81 escolas concentradas em alguns pontos do país com mais de 1000 espalhadas por todo o território nacional. E é ainda relevante considerar que não encontramos escolas com contrato de associação em zonas de forte pressão social como os bairros economicamente deprimidos das cinturas das grandes cidades ou as zonas históricas e pobres dos centros de Lisboa ou Porto. Assim, que validade científica e que interesse político tem fazer a comparação, mesmo que o resultado fosse o propalado?

Por outro lado, os custos daquelas escolas foi objeto de dois estudos que não concluem o que se diz no Relatório. O do Tribunal de Contas alerta para a sua própria limitação ao considerar dados de anos anteriores à forte contenção aplicada às escolas públicas a partir de 2011. O Relatório do MEC conclui que em 80% dos casos as turmas das escolas privadas financiadas pelo Estado ficaram mais caras que as das escolas públicas. Então qual a razão económica para propor o aumento destes contratos? Não existe, pois a razão é ideológica e visa também desta forma a destruição da escola pública.

[1] Os resultados obtidos pelos alunos portugueses no PISA demonstram que desde 2003 a melhoria em Leitura foi de 9 pontos (478-489), em Matemática foi de 21 pontos (466-487) e em Ciências foi de 25 pontos (468-493), o que significa que os nossos alunos saíram do fundo da tabela e se situam agora na média dos resultados dos países participantes. No que toca ao TIMMS os resultados de 2011 dizem-nos que os alunos do 4º ano obtiveram em Ciências 53 pontos, (média internacional de 48) ultrapassando a Bélgica ou a Noruega. Já em Matemática chegaram aos 59 pontos (média internacional de 50) à frente da Áustria, da Dinamarca, da Alemanha, da Irlanda, da Itália, da Noruega, da Espanha e da Suécia e "colados" aos Países Baixos, ao Reino Unido e aos Estados Unidos!

No ponto 67., o relatório aborda a questão da racionalização da rede escolar. O que é significativo é dizer-se que desde 2010 o Governo encerrou com sucesso 536 escolas rurais, esquecendo que o movimento de encerramento de escolas muito pequenas e sem condições começou muito mais cedo, conheceu um forte incremento no período 2005/2011 e que resultou da sua substituição por várias centenas de centros escolares com excelentes condições de trabalho para alunos, professores e funcionários (a que o MEC dá o significado de "luxo"). De seguida refere-se à criação de Agrupamentos como uma invenção deste governo, ocultando que o processo de criação de agrupamentos de escolas é também muito anterior, pois remonta ao início dos anos 1990 e desenvolveu-se ao longo da vigência de vários governos. Os autores confundem (deliberadamente?) a criação dos chamados mega-agrupamentos com a criação dos agrupamentos de escolas, creditando a medida a este governo e, mais uma vez, manipulando a realidade.

No ponto 68., o FMI faz uma pequena análise da evolução do número de estudantes no ensino superior entre 1990 e 2012, referindo que 15% da população estudantil encontrava-se no ensino terciário. Contudo, não foi referenciado que os dois últimos anos ficaram marcados por uma redução significativa do número de estudantes que entraram no ensino superior. Aliás seria importante referir (mas, mais uma vez, é omisso) que ano de 2012 representou, desde 2006, o ano com o número mais baixo de entrada de estudantes no ensino superior (40.415).

No mesmo ponto, parece querer dar-se a ideia que a constituição é uma limitação/empecilho ao aumento do valor das propinas. Contudo, importaria referir que o Estado português financia 66% do Ensino Superior, uma percentagem notoriamente inferior aos 79% de média da União Europeia.

Em 2012, o investimento em educação representa apenas 3.8% do PIB, enquanto a média europeia é de 5.5%. Em 2013, o governo planeia cortar ainda mais no investimento com o ensino superior, pondo em risco o funcionamento de várias universidades e politécnicos e contribuindo ainda mais para o abandono escolar - no ano letivo 2011/2012, mais de 7.000 estudantes cancelaram a matrícula por razões económicas.

Será fundamental perguntar onde estava a Ação Social Escolar do Ensino Superior do Sr. Ministro Nuno Crato? E por que razão não foram fornecidos estes dados pelo MEC ao FMI, para os relacionar com as propinas apresentadas/encomendadas?

Um dos pontos fulcrais do relatório, a par com os gastos, e com eles diretamente relacionados, é o dos recursos humanos (ponto 69.) e dos respetivos salários.

O relatório aponta para a existência, em 2012, de 230 000 funcionários na Educação, dos quais 160 000 docentes (117 000 dos quadros e 43 000 contratados) e 70 000 funcionários não docentes. Afirma também que os docentes são mais bem pagos que os outros funcionários públicos seniores e que trabalham menos horas (letivas). Finalmente, aponta para um rácio aluno/docente de 7,5 alunos por professor no Ensino Secundário e de 10,9 no Ensino Primário (esta designação não existe em Portugal desde 1986…).

Convém analisar cada um destes aspetos e verificar da sua exatidão e até da sua veracidade:

1. Número de professores e rácio aluno/professor

O Quadro 6.1 aponta para a existência, em 2012, de 159 484 docentes, mas a nota 2 explica que este número corresponde ao equivalente a 139 633 horários completos dos quais 19 665 no Ensino Superior (!). Desde logo se estranha a inclusão dos números do Ensino Superior, pois trata-se de uma realidade completamente diferente e não assimilável aos ensinos básico e secundário. Assim, temos cerca de 110 000 horários completos e não quase 160 000 como é inicialmente afirmado! Este esclarecimento é essencial para se perceber como se consegue chegar ao extraordinário número de 7,5 alunos por professor no ensino secundário. O relatório aponta ainda a existência de 12 000 docentes nas administrações local e regional. Esta afirmação é totalmente incompreensível pois não há administração local, ou melhor, há as escolas, mas esses docentes já são considerados anteriormente.

A administração regional resume-se às extintas Direções Regionais de Educação mas se tomarmos em consideração que a 1 de setembro de 2011, na DREN, a maior direção regional, só estavam colocados 14 docentes, como é possível chegar ao número de 12 000? E mesmo se estes números fossem verdadeiros, que sentido faria incluí-los para calcular o rácio professor/aluno, tendo em conta que desempenhariam funções técnicas e não docentes? Será também útil saber-se se o MEC incluiu nestes números docentes substituídos (por doença, por licença de maternidade ou outras) e os seus substitutos. E por que razão são indicados dados de 2010 (comparação do rácio professor/aluno em Portugal e alguns países da EU) se estão disponíveis os números de 2012? Talvez por serem menos favoráveis às conclusões pretendidas?

Ainda assim e mesmo considerando todas as manipulações estatísticas como se chega ao rácio de 7,5 alunos por professor, se o próprio MEC/FMI afirma existirem 1 500 000 de alunos da educação de infância ao secundário?

E acima de tudo, para que serve este cálculo se sabemos que os grupos/ turmas são de, pelo menos, 25 crianças na educação de infância, 26 alunos no 1.º ciclo e 28 a 30 nos restantes ciclos de ensino? Isto é, em cada momento, em cada aula, cada professor, tem, pelo menos, 25 podendo chegar a 30 alunos para ensinar!

Estes são os números reais! O exercício feito pelo relatório FMI não tem interesse prático nem rigor científico e serve unicamente para efeitos propagandísticos e para justificar a necessidade de despedir 50 a 60 000 profissionais de educação.

2. Salários dos professores

À afirmação do relatório do FMI sobre a comparação de salários de professores e de outros funcionários públicos, respondemos com o desafio de confrontar os mesmos com os demais funcionários com o mesmo nível de formação / habilitação académica.

3. Horário dos professores

Como todos os restantes funcionários públicos, o horário semanal de trabalho dos docentes é de 35h, das quais pelo menos 28 de trabalho com alunos e na escola. As restantes correspondem a reuniões da e na escola, preparação da atividade pedagógica letiva para os alunos, formação e um sem número de outras atividades. Esta é uma realidade que o MEC bem conhece e que só por má-fé não foi explicada aos relatores do FMI.

E o Aumento das Propinas no Ensino Superior…

Por último, o FMI "aconselha" o Governo a aumentar as propinas no ensino superior. O FMI afirma que "em 2012, o sistema público universitário gastou cerca de 1,6 mil milhões de euros, dos quais cerca de mil milhões de euros foram financiados pelo orçamento da educação, 300 milhões das taxas de inscrição, e o restante de outras fontes", acrescentando que «parece razoável que a educação pública superior contribua para os ajustamentos em curso no sistema de ensino, nomeadamente através do aumento das propinas, o que poderia ajudar a alcançar significativas e duradouras poupanças orçamentais».

Antes de mais, o FMI deveria querer referir-se ao "gasto" com todo o ensino superior e não só relativo às universidades.

Depois sobre a questão do aumento do valor das propinas, como *contributo para o ajustamento orçamental*, não parece ser de aplicação tão óbvia (claro que quando se analisa os valores com o pré-conceito de "gasto", como foi realizado, até pode parecer), senão vejamos:

- Os estudantes do ensino superior público não suportam apenas os custos de propinas. Os estudantes e as suas famílias suportam, ainda, os custos de vida e de educação relacionados com a frequência no ensino superior. No ano de 2005, segundo Cerdeira[2], a despesa pública anual por um estudante do ensino superior público foi de 4151€, enquanto as famílias e estudantes suportaram 5310€ (significa cerca mais 28%). Em termo comparativos e segundo um estudo do Eurydice[3], Portugal lidera o conjunto de países da Europa com propinas mais elevadas.

[2] Cerdeira L. (2009). O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos. Coimbra: Almedina
[3] Eurydice (2012). "National student fee and support systems 2011-2012"

- Existem menos estudantes que beneficiam de bolsas de estudo. Segundo dados divulgados pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) no ano letivo 2011/2012, num universo de cerca de 400 mil estudantes do ensino superior, foram atribuídas 53.105 bolsas de estudo. Este número só é comparável ao do ano 2000, foram atribuídas 56.046 bolsas de estudo, porém num universo de 373 mil estudantes, menos 20 mil estudantes que no ano 2011. Atendendo a que, em 2009, havia 74.935 estudantes bolseiros, num total de estudantes idêntico ao ano de 2011, o sistema de ação social atual, após as revisões realizadas pelo Sr. Ministro Crato, excluiu, previsivelmente, mais de 20 mil estudantes nestes dois últimos anos.

O aumento do valor das propinas com o atual sistema de ação social, levará, inequivocamente, a um Sistema de Ensino Superior incessível aos mais carenciados, ao qual só têm acesso os mais ricos. A aplicação desta política implicará um retrocesso sem precedentes na qualificação dos portugueses, significará voltar aos anos 60!

Este é o "rigor e a exigência" tão do agrado do Ministro Nuno Crato e esta é a qualidade do relatório tão elogiada pelo Secretário de Estado Carlos Moedas e pelo Primeiro-Ministro Passos Coelho.

O que verdadeiramente está em causa não é refundação do Estado ou da Educação. O que aqui se propõe a partir de dados fornecidos pelo Governo e a encomenda deste é o fim da Escola Pública. O que este relatório defende é um novo programa de governo para a Educação sem qualquer respeito por alunos, professores, funcionários e famílias. Este é o mais despudorado ataque à Constituição da República e à Lei de Bases do Sistema Educativo.

O Ministro Nuno Crato e o Primeiro-Ministro Passos Coelho não obtiveram qualquer mandato do Povo Português para executar este programa e ele não respeita os preceitos constitucionais da República Portuguesa. Levá-lo à prática colocaria este Governo à margem da Lei e obrigaria o Povo a fazer sentir a sua voz e os órgãos institucionais a atuar em conformidade.

Federação Distrital do Porto do Partido Socialista

Porto, 21 de janeiro de 2013

Rua Santa Isabel, 82 – 4050-536 Porto – Portugal
T: +351 226 051 980– F: +351 226 051 989
E: **psporto@ps.pt**

Resultados dos alunos portugueses melhoram no PISA 2009

1. Os resultados dos alunos portugueses no PISA 2009 revelam a mais expressiva melhoria nas três áreas avaliadas - leitura, matemática e ciências -, desde que Portugal participa no PISA.
2. Entre 2006, data da última avaliação do PISA, e 2009 verificaram-se progressos consideráveis nos resultados de Portugal.
3. Portugal é o segundo país que mais progrediu em ciências e o quarto país que mais progrediu em leitura e em matemática.
4. Pela primeira vez, os alunos portugueses atingem pontuações que se situam na média da OCDE, em **literacia de leitura**, domínio principal no estudo de 2009.

	2003	2006	2009	Variação
Leitura	478	472	489	+17
Matemática	466	466	487	+21
Ciências	468	474	493	+19

Portugal situa-se na 21.ª posição, num conjunto de 33 países da OCDE que participaram no estudo, em 2009. Em 2000, Portugal estava na 25.ª posição, num conjunto de 27 países da OCDE.

Nos três estudos anteriores, realizados em 2000, 2003 e 2006, os resultados dos alunos portugueses situaram-se significativamente abaixo da média da OCDE, situação que foi agora superada.

No Estudo do PISA 2009, Portugal está incluído no grupo de países que atingiram a média da OCDE. Deste conjunto fazem parte: Portugal, Reino Unido, Dinamarca, Suécia, Alemanha, França, Irlanda e Hungria.

5. Os progressos verificados devem-se ao facto de aumentar entre 1,3 pontos (ciências) e 3,6 pontos (leitura e matemática) a percentagem de alunos com resultados dos níveis mais elevados (níveis 5 e 6) e também à redução de 7 a 9 pontos a percentagem de alunos com resultados nos níveis mais baixos (níveis 1 e abaixo de 1).

6. Em literacia de leitura, as alunas portuguesas obtêm uma pontuação superior à dos alunos em 38 pontos. Em literacia matemática verifica-se que os alunos obtêm melhores resultados. Em literacia científica, as alunas apresentam um resultado ligeiramente superior ao dos alunos.

	Alunas	Alunos
Leitura	508	470
Matemática	481	493
Ciências	495	491

7 Portugal é o 6.º país cujo sistema educativo melhor compensa as assimetrias socioeconómicas. É um dos países com maior percentagem de alunos de famílias desfavorecidas que atingem excelentes níveis de desempenho em leitura.

II – PISA - Programme for International Student Assessment

O Pisa é um estudo de avaliação independente, promovido pela OCDE, que permite informar os governos e os

cidadãos sobre o desempenho dos sistemas educativos dos países participantes.

1. O estudo avalia as competências básicas nos domínios considerados essenciais: Leitura, Matemática e Ciências

2. A amostra, que incluiu 6298 alunos, é representativa dos alunos portugueses com a idade de 15 anos, que frequentam entre o 7.º e o 11.º ano de escolaridade. Os resultados permitem avaliar em que medida a escola contribui para o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura, em matemática e em ciências.

3. A amostra é conduzida e tecnicamente controlada pela OCDE.

4. O estudo PISA: é aplicado em todos os países da OCDE (e em 32 outros países que aderiram ao projecto);

permite a comparação de resultados entre países, uma vez que os testes utilizados são elaborados por um conjunto de peritos internacionais independentes;
permite avaliar a evolução das competências dos alunos, de três em três anos, em cada um dos domínios de avaliação.

5. Os resultados do PISA constituem um dos critérios utilizados, por organizações internacionais, na caracterização do estado de desenvolvimento dos países participantes.

6. Os resultados dos estudos PISA são tomados como referência para verificar o desenvolvimento obtido nas competências–chave definidas na Estratégia 2020, da União Europeia, e nas Metas Educativas 2021, da Organização de Estados Ibero-americanos (OIE), sendo Portugal país promotor destas estratégias de desenvolvimento.

PISA 2009 - Competências dos alunos portugueses